

# Comunicação, consumo e democracia: desafios e possibilidades na imigração haitiana

Cristóvão Domingos de Almeida\*

---

## Resumo

O objetivo é compreender comunicação, consumo e democracia como bases para garantir os direitos civis, políticos e sociais no fluxo migratório dos haitianos. Com base em observação e entrevista em profundidade é possível constatar que, de um lado, eles têm dificuldades para obter a documentação e acesso ao mundo do trabalho, por outro lado, usam a comunicação humana e a tecnologia para se mobilizarem e fortalecerem a rede migratória e solidária. Constatamos que há ausência de políticas públicas aos imigrantes e de apoio do Estado para superarem as situações de desvalorização da mão de obra no mundo do trabalho.

**Palavras-chave:** Comunicação. Consumo. Trabalho. Migração. Haitianos.

## Introdução

A presença de haitianos no Brasil, cerca de 60 mil (OBMIGRA, 2015), configura uma nova realidade no fluxo migratório, tanto no aspecto sociocultural, econômico e político, como nas dimensões das práticas comunicacionais, do consumo e do acesso aos direitos. Centralizamos esforços para compreender a relação dos haitianos, em solo brasileiro, com a comunica-

---

## Abstract

The goal is to understand communication, consumption, and democracy as bases for guaranteeing civil, political and social rights in the migratory flow of Haitians. On the basis of observation and in-depth interviews, it can be seen that, on the one hand, they have difficulty obtaining documentation and access to the world of work; on the other hand, they use human communication and technology to mobilize and strengthen the network Migratory and solidarity. We find that there is no public policy for immigrants and state support to overcome situations of devaluation of the labor force in the world of work.

**Keywords:** Communication. Consumption. Job. Migration. Haitians.

ção e o consumo no espaço democrático, verificando os desafios e as oportunidades na criação e garantia de direitos.

Compreendemos a comunicação como troca, partilha, compartilhamento das ações e interações entre as pessoas. França (2001) afirma que a comunicação compreende a presença de interlocutores que se envolvem nos processos de produção, interpretação e socialização dos sentidos.

---

\* Pós-doutor em Comunicação e Práticas de Consumo (ESPM), doutor em Comunicação e Informação (UFRGS), mestre em Educação (Unisinos) e graduado em Relações Públicas (PUC-Campinas). É professor da Universidade Federal do Pampa. Contato: cristovaoalmeida@gmail.com.

Esta abordagem parte do entendimento de que a comunicação é condição normativa e constitutiva da ação humana (WOLTON, 2006). Antes de ser tecnológica, a comunicação face a face e mesmo pública e coletiva possibilita, potencializa os avanços necessários à evolução da pessoa em todas as suas dimensões, da ordem material à simbólica.

Na construção deste artigo realizamos entrevistas em profundidade e observação *in loco* na cidade de São Paulo, na Missão Paz, organização social que acolhe os imigrantes, com intuito de compreender os desafios, as expectativas, as possibilidades em relação aos direitos, sendo os principais deles a documentação e ao acesso ao mundo do trabalho, enquanto garantias de condições de vida em solo brasileiro. Evidenciamos que apesar da queda nas contratações formais, eles se organizam em redes migratórias e solidárias para garantir a permanência, a sobrevivência e as condições de vida individual e coletiva.

### Comunicação, consumo no espaço democrático

A comunicação<sup>1</sup> é conceituada por diversos autores, entre eles Thompson (1998), Bordenave (2006), Freire (1997) e Duarte (2003), como sendo uma das necessidades básicas nas relações humanas. Para Thompson (1998, p. 36), a comunicação “[...] serve para que as pessoas se relacionem entre si, transformando-se mutuamente”. Estabelecer

1 Hohlfeldt (2008, p. 12-13) especifica a palavra comunicação a partir da sua etimologia. O termo “[...] vem do latim *communicatio*, distinguimos três elementos: *munis*, que significa ‘estar encarregado de’, o prefixo *co*, o qual expressa simultaneidade, reunião [...] temos a ideia de uma ‘atividade realizada conjuntamente’”. Portanto, comunicação é pôr em comum, comunhão, partilha.

relações a partir da comunicação é estar ciente da importância da prática comunicacional nas vivências e experiências dos sujeitos na sociedade. Nessa perspectiva, a comunicação pode ser compreendida como um processo que expande as trocas de experiências e que promove o consumo material e simbólico.

O consumo é visto, cada vez mais, como transitório, descartável, novidade, incluindo as trocas, as socializações e os compartilhamentos. A nossa proposta aqui é por outro viés. É compreender a comunicação e o consumo como geradores de vínculos e mediação de acesso aos direitos. Nesse sentido, Baccega (2013) propõe ligar o consumo à noção de cidadania. Cidadãos são capazes de interpretar e ressignificar as mensagens, modificando-as ou não. Para Baccega (2011), existem três passos indispensáveis na articulação da noção de comunicação, consumo e cidadania:

[...] 1) o sujeito ter consciência de que é sujeito de direitos; 2) ter conhecimento de seus direitos, ou seja, serem dadas a ele condições de acesso a esse conhecimento; 3) serem adjudicadas ao sujeito as garantias de que ele exerce ou exercerá seus direitos sempre que lhe convier. (BACCEGA, 2011, p. 27).

Dentre os direitos reconhecidos formalmente e também aqueles ligados às práticas sociais está evidentemente o direito de ser informado, comunicado e de consumir bens materiais e simbólicos. É importante destacar aqui que a noção de consumo carrega consigo visões estereotipadas e, como afirma Baccega (2011, p. 26), “pode-se dizer, que ainda hoje, esses olhares superficiais ainda têm predominância”, muito em

razão do que se destaca ser uma das fases do processo do consumo: o consumismo.

O consumo se liga à cidadania pela criticidade. Os sujeitos atuam como seres de relações, que buscam criar vínculos através do processo comunicativo. Essa dinâmica comunicacional é manifestada e construída nas trocas de sentido e nos sentidos produzidos tanto nas conversas face a face, como nas mediadas pelas redes sociais digitais e pelos aplicativos – como é o caso do *whatsapp* –, demonstrando que, em todas as etapas da comunicação, é possível reconhecer e caracterizar a presença do consumo, “seja no formato da divulgação dos bens, seja como reflexo das práticas sociais” (BACCEGA, 2013, p. 14).

No cotidiano das práticas sociais, os sujeitos críticos são aqueles que, como afirma Duarte (2003, p. 47), não obtêm “[...] concordância total com os enunciados envolvidos na troca”. Passamos a perceber a construção da cidadania e o processo de comunicação e consumo como conjunto de comportamentos, entendidos sim como um fenômeno complexo, mas que “envolve as relações socioculturais e se consubstancia num sistema simbólico, amplificado pelos meios de comunicação” (CARRASCOZA, 2016, p. 7).

A comunicação e o consumo, neste âmbito, integram-se ao complexo fenômeno cultural, compreendendo a cultura como sendo um conjunto de práticas individuais e coletivas. Isso ocorre porque os sinais visíveis das práticas comunicacionais são manifestados através da palavra. Para Gomes (2001, p. 17), “[...] o homem não é só o ser que dispõe da palavra como de um instrumento, mas é a linguagem que possibilita ao homem criar uma existência humana

com os outros no mundo”. Por essa razão é importante entender o sujeito como alguém sempre aberto a possibilidades, mas não alguém que se fecha em si mesmo, in-comunicável, que não coabita com o outro (WOLTON, 2006), ou alguém cristalizado em suas próprias certezas, mas como pessoa disposta a exercer a comunicação e o consumo como elementos fomentadores de novas formas de sociabilidade na esfera pública.

### Consumo, migrações e trabalho

Rocha e Rocha (2007, p. 72) afirmam que “todo ato de consumo é visto como impregnado de significado simbólico, sendo o *locus* em que se reafirmam, entre outras questões: identidade, pertencimento, hierarquia, status e poder”. Nessa perspectiva, os meios de comunicação, ao viabilizarem a dimensão pública do consumo, ajudam a constituir as práticas socioculturais e do imaginário da sociedade. Para Baccega (2013, p. 29), o consumo não são apenas “as informações jornalísticas, impressas ou audiovisuais: os fatos novos serão entendidos se expressos no âmbito dos desejos, do imaginário, das novas identidades, do simbólico”. Nesse sentido, o consumo é compreendido como um processo em que o sujeito, além de participar, se envolve nas escolhas e tomadas de decisões, na apropriação dos bens, produtos, serviços e informações.

Para Baccega (2011, p. 29), o consumo por esse viés “passa a ser visto como território de interações, com espaços de escolha e de diálogo entre sujeitos, de satisfação de necessidades materiais e culturais”, constituindo o consumo consciente e que ajuda o

sujeito a pensar. Entendemos o conscientizar a partir de Freire (1997), isto é, tomar posse do real, com olhar o mais crítico possível dessa realidade. Nessa perspectiva, a comunicação e o consumo são vistos como um direito.

A comunicação e o consumo enquanto espaços de mobilizações da classe social e de mediação entre os sujeitos são fundamentais para estabelecer relações com o processo migratório. Relacionar o consumo com a imigração é importante, pois ajuda a mapear os fatos, os acontecimentos, as lutas, as tomadas de decisões, as vivências cotidianas dos sujeitos que estão em busca de bem-estar, qualidade de vida e em processo de afirmação social em ambientes diferenciados e, por vezes, transitórios.

Nesse contexto, a imigração representa o deslocamento de indivíduos de um lugar para outro por diversas razões, a principal delas é a busca de melhores condições de vida em um novo território. Segundo Sayad (1998, p. 15),

[...] a imigração é em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço, e antes de mais nada no espaço físico [...]. Mas o espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente (sobretudo através das duas realizações culturais que são a língua e a religião).

A característica do processo migratório é a transformação do provisório para o contato prolongado e intenso com a sociedade. Nas palavras de Sayad (1998, p. 45), é a oscilação

“entre o estado provisório que a define de direito e a situação duradoura que a caracteriza de fato”. Por isso, o imigrante busca se adequar continuamente ao local escolhido por conta da necessidade de conquistar novos espaços, os quais, no decorrer do processo, parecem como uma reconfiguração social.

No fluxo migratório existem diversos motivos para o sujeito tomar a decisão de fazer o deslocamento. A imigração pode ocorrer de modo espontâneo, ou por questões como crises econômicas, perseguições, conflitos, guerras, catástrofes, dentre outras. Migrações forçadas acontecem em virtude da forte repressão que os indivíduos sofrem por parte dos governos ou de organizações, em função do seu posicionamento sociocultural e político. As outras situações geram os denominados imigrantes econômicos ou espontâneos, que se deslocam de seus países em virtude da ausência dos direitos como saúde, educação, saneamento, moradia e trabalho.

O acesso ao trabalho permite que o imigrante exista socialmente, pois é o trabalho que “condiciona toda a existência do imigrante, não é qualquer trabalho, [...] é o trabalho que o mercado para imigrantes lhe atribui” (SAYAD, 1998, p. 55). Sendo assim, ao desaparecer o trabalho formal, surgem os trabalhos precarizados. Quase sempre, ao não ter acesso ao mundo do trabalho, o imigrante desaparece por conta dos desafios em prol da sobrevivência, das dificuldades em lidar com o novo idioma, enfrentando as situações sem garantias de direitos sociais, políticos e civis para se manter.

A intenção de um imigrante é participar do espaço democrático do país, ou seja, da vida sociocultural e econômica do lugar que o acolhe. Interagir com as pessoas, produzir,

consumir, conquistar moradia, educação e trabalho são fatores principais para iniciar o processo de reconstrução da sua vida e a dos seus familiares. Para Cogo e Badet (2013, p. 43), os migrantes também participam da formação de uma rede comunicacional e “em alguns casos há a participação direta dos próprios migrantes na produção de conteúdo”.

Nesse processo de participação ativa dos imigrantes, Cogo (2012) observa a forte presença do celular no contexto das redes migratórias. As informações estão disponíveis no aparelho de celular, por exemplo. Com o celular é possível estarem conectados o tempo todo, apoiando e estimulando uns aos outros, tanto para se manterem unidos como para motivar outros sujeitos a tomar as decisões e experimentar o fluxo migratório. Nesse sentido, Cogo (2012) elenca dois processos na construção dessa rede migratória. Para Cogo (2012, p. 30), o primeiro “está relacionado às possibilidades de experimentação abertas pelo desenvolvimento das tecnologias como espaços relevantes de construção e circulação de imaginários e de agendas”.

O segundo processo, de acordo com Cogo (2012, p. 31), retrata a presença das redes de migrantes que “pode ser observada a partir da construção do projeto migratório, ou seja, na decisão de migrar incentivada por parentes, amigos e conhecidos que já passaram pela mesma experiência”.

O fluxo migratório fortalecido pelos meios de comunicação é que dá a dimensão de vínculos comunicacionais entre os imigrantes, pois “as trocas simbólicas constituem o núcleo do sentido” (WOLTON, 2006, p. 26). A comunicação como geradora de vínculo “é o símbolo da liber-

tação em relação à tradição, da mobilidade em relação à estabilidade, de uma sociedade menos hierárquica, mas centrada em si e na relação com o outro” (ibidem, p. 26), mesmo que essa relação seja mediada pelas redes sociais e aplicativos como o whatsapp, que favorecem a conectividade – como diz Wolton (ibidem, p. 28), “conectar é agir”. É uma forma de consumir informações e de agir na sociedade contemporânea, em que cada vez mais prevalece a sensação de que estar ligado é estar junto, e possibilita, por exemplo, que os imigrantes dialoguem sobre seus anseios, desejos, sonhos, necessidades e conquistas com as pessoas, de perto e de longe, que estão em busca de garantir e fortalecer o reconhecimento, de ir e vir, na esfera pública.

### Os imigrantes haitianos e as possibilidades no acesso aos direitos

Neste artigo, identificamos quatro situações que mostram as possibilidades de acesso aos direitos na sociedade democrática – migração, informação, documentação e condições de precarização do trabalho –, muito embora existam inconformidades no acesso e nas vivências das garantias dos direitos no espaço público. Os dados foram coletados através de observação e de entrevistas em profundidade, com visitas periódicas à Missão Paz, no bairro Liberdade, centro da capital paulista, e também em contato com os haitianos em suas residências, na região central da capital e no Capão Redondo. Realizamos também visitas aos locais de trabalho dos imigrantes, no espaço formal e informal.

A opção pelo Brasil como destino no fluxo migratório haitiano ocorreu após o

terremoto de magnitude 7,3 na escala Richter, ocorrido às 16h53min no dia 12 de janeiro de 2010, e o estado de São Paulo foi o principal destino dos haitianos que ingressaram no país, seguido pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O fato importante a ser destacado é que desde 1940 há presença de haitianos em solo brasileiro, ainda que em menor número, como aponta o IBGE: 16 haitianos em 1940, 127 haitianos em 1980, 15 haitianos em 2000. De acordo com OBMigra (2016), cerca de 60 mil haitianos entraram no país em 2014. Desses, cerca de 47 mil passaram pela fronteira ao norte do país, o que se deu até início de 2014, e cerca de 13 mil pelos aeroportos internacionais de Guarulhos e Galeão.

Ressalta-se que a migração reflete um direito de ir e vir. E, no processo das trocas das mensagens, as informações sobre o deslocamento eram de facilidade, agilidade e economicidade, em relação a tempo de viagem, recursos financeiros e aceitação no país de destino. É o que revela a haitiana La Victoire.<sup>2</sup> No período do deslocamento ela estava grávida, por isso demorou mais de um mês viajando. Ela conta:

*[...] passei por muitas dificuldades até chegar no Brasil, pensei que iria perder meu bebê, jamais pensei que seria assim. Fiquei desesperada com as informações erradas, com a burocracia e com a enganação que sofri porque quando a gente carrega uma vida dentro da gente, a gente pensa muito mais.*

Percebe-se que, neste caso, a comunicação serviu apenas como uma transmissão

de mensagens, entretanto, ela deve representar interação, atenção à presença de interlocutores, ou seja, como França (2001, p. 15) afirma: “à intervenção de sujeitos sociais desempenhando papéis, envolvidos em processos de produção e interpretação de sentidos, mais do que simples emissores e receptores”.

Outro fato marcante para os haitianos é o acesso aos municípios de Tabatinga, AM, ou Brasileia, no estado do Acre. La Victoire, que optou pelo estado do Acre, diz: “*cheguei cansada, sem saber para onde ir, sem ter o que comer e nem onde dormir*”. A indefinição peculiar de quem chega num país desconhecido agrava-se porque os haitianos são informados, pelos atravessadores, de que no Brasil há acolhida, alimentação e moradia sem custos. Isso porque havia um esforço do governo do estado e das instituições religiosas, dentre elas o Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), coordenado pelos padres carlistas, em acolher e realizar os procedimentos de documentação dos imigrantes – uma vez que poucos haitianos chegaram com o visto – e encaminhá-los para as cidades onde teriam maiores oportunidades de trabalho.

É importante ressaltar que para obter o visto há um processo burocrático, que exige recursos financeiros. Por isso, os haitianos, em sua maioria, pedem refúgio junto à Polícia Federal. Com o protocolo e a carta de autorização da PF, eles estão autorizados a solicitar o CPF e a Carteira de Trabalho, ou seja, eles podem trabalhar, conseguir recursos e lutar para obter o visto humanitário.<sup>3</sup> Em relação ao pedido de refúgio, há um

2 Por questões éticas e para preservar a identidade das pessoas, optamos por nomeá-las com os nomes das cidades haitianas.

3 O visto humanitário, válido por dois anos, foi publicado no dia 12 de janeiro de 2012 através da Resolução Normativa nº 97 pela presidenta Dilma Rousseff.

acordo entre o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) e o Conselho Nacional das Migrações (CNIg) para analisar os pedidos dos haitianos e garantir sua permanência, mas com o passar do tempo a solicitação é indeferida. Mesmo com o indeferimento, eles ganharam tempo para conseguir o visto. Em todas essas situações, as trocas comunicacionais estão presentes. E, em muitos momentos, a ação comunicativa é partilhada individualmente ou no coletivo. Como expressa a Assistente Social da Missão Paz: “às vezes informamos os procedimentos no coletivo; pela dificuldade com o idioma, temos que falar pessoalmente com cada um”.

Ressalta-se que, no processo migratório, são fundamentais a comunicação humana e o compartilhamento de sentidos (FRANÇA, 2001) entre os sujeitos que estão envolvidos. A maioria dos haitianos chega sem recursos financeiros e sem o domínio da língua portuguesa, e a comunicação compartilhada fortalece as interações sociais e serve para organizar os processos de acolhida dos haitianos, disponibilizando informações para solicitar os documentos oficiais e para informar os sujeitos a respeito das empresas com oportunidade de emprego.

A haitiana La Victoire conta que ela não sabia que destino seguir: “fui aconselhada a vir para São Paulo. Os compatriotas que conheci quando cheguei, a maioria vinha para cá, vim também porque pelo menos já conhecia alguém”. Conhecer pessoas e formar essa rede migratória foi fundamental para La Victoire. Há mais de ano no Brasil, ela tem dificuldades em aprender o idioma e não conquistou o espaço laboral remunerado: “ainda não trabalhei ganhando nenhum dia aqui”.

Para La Victoire, mulher e mãe de bebê de nove meses é excluída: “porque

quando vou pedir emprego, de diarista, de limpeza, quando me perguntam se tenho criança e falo que tenho um bebê, nem termina a conversa”. Por isso, a rede de apoio é fundamental; La Victoire conta que ficou três meses na Casa do Migrante, mas teve de sair porque é o período para os imigrantes organizarem documentação, emprego e moradia. Mas nem sempre isso ocorre, pois a haitiana, ainda hoje, mora escondida com um amigo num quarto no bairro Liberdade, já que “a dona da pensão cobra o aluguel por pessoa e eu não tenho como pagar”.

A comunicação face a face auxilia no processo de adaptação dos haitianos, valoriza as lembranças, as lutas, os incentiva a planejar os projetos de vida, compreendendo o seu momento histórico enquanto migrantes duradouros ou provisórios (SAYAD, 1998) e, com isso, as interações, as partilhas e as trocas os auxiliam a desenvolver o pensar crítico frente à realidade que se lhes apresenta. O haitiano Couya relata: “me sinto bem aqui na Missão Paz, converso, eles me escutam, dão atenção e isso me dá força e me motiva a buscar as oportunidades”.

A interação face a face, modalidade comunicacional que valoriza o diálogo, é um processo humanizador e com potencial para criar vínculos (BAITELLO JUNIOR, 2014) entre os sujeitos comunicantes, tanto é que os haitianos mantêm respeito pela Instituição porque, segundo Couya, “eles querem o nosso bem, por isso, temos confiança neles”. É importante destacar que esse processo comunicativo respeita o pensar do outro porque há o compromisso e a responsabilidade com a pessoa na sua integralidade e a introduz a estabelecer conexões com a comunidade.

Na Missão Paz, os haitianos têm acesso à mídia, entretanto a instituição valoriza os murais para divulgar informações relacionadas à cultura, aos cuidados com a saúde e principalmente para comunicar sobre os documentos oficiais e a oferta de trabalho. As informações nos murais também revelam o cuidado com o outro, principalmente em atenção ao idioma. Os conteúdos ficam disponíveis em português, inglês e francês.

Os imigrantes dão atenção aos conteúdos disponibilizados nos murais, aliás, eles são atualizados com frequência, principalmente com informações sobre vagas de emprego. O haitiano Sabastian que, no momento, encontra-se desempregado, disse: *“venho aqui ler o que tem de novidade, sempre tem alguma coisa”*. E, de fato, os haitianos tomaram por hábito ver, ler e repassar aos compatriotas os conteúdos dos murais, tanto é que quando alguém perde os documentos, divulga-se nos murais e, segundo o padre Paolo: *“logo aparecem porque um entra em contato com o outro”*. Isso ficou evidente quando um haitiano faleceu e os servidores públicos do estado entraram em contato com a Missão Paz, que não tinha o contato dos seus amigos e familiares. Publicou-se no mural e, de acordo com Paolo, *“o caso foi resolvido e a embaixada pôde seguir os trâmites”*.

Ressalta-se, com isso, que a Missão Paz é uma fonte de informação pela comunicação oral, dirigida, de massa, que, quando consumida pelos sujeitos, tem o potencial para atingir o público externo a partir da socialização dos conteúdos, ou, nas palavras de Castells (2015, p. 80), essas práticas estão cada vez mais conectadas em redes que se baseiam em fluxos de informações processadas entre vários locais pelas tec-

nologias de comunicação. Redes são compreendidas aqui como “um conjunto de nós interconectados” (CASTELLS, 2015, p. 66), e todos eles são necessários para o desempenho da rede.

No espaço público e democrático, uma das características dos haitianos é estarem sempre conectados virtualmente, falando com seus familiares de origem e informando e mantendo-se informados a partir da rede de contatos locais. Esta é uma característica dos haitianos: o uso das tecnologias e da mídia para se comunicar. Aliás, eles estão sempre com os seus celulares, ouvindo músicas, enviando áudios, fazendo transmissão ao vivo e, quando um dos familiares não mora em área de cobertura de internet, eles utilizam o telefone para realizar a comunicação. Esses usos mantêm unida a rede migratória e geram uma possibilidade de participação e articulação dos haitianos, ou seja, eles geram conteúdos, narrativas e discursos para valorizar as lutas dos haitianos em terra estrangeira.<sup>4</sup>

Ennery, formado em administração de empresas, após alguns descontentamentos nas atividades laborais que desempenhava, resolveu criar o seu próprio negócio e verificou que muitos haitianos tinham dificuldades tanto para falar com os seus familiares de origem como para enviar remessas. Ennery relata que: *“o contato com a família que ficou no nosso país é fundamental”*. De acordo com ele, para alguns haitianos que não falam o português, *“as famílias do Hai-*

4 A participação e a articulação dos haitianos estão em sintonia com a nova Lei de Migração, PL nº 2.516/15 que define os direitos e deveres dos imigrantes, rompendo com a legislação atual, que ainda não os vê como pessoas humanas no fluxo migratório. A nova lei os reconhece como portadores de direitos, conforme a Constituição de 1988, e está de acordo com os tratados internacionais dos quais o Brasil é parte.

*ti é que repassam as notícias sobre o que está ocorrendo no Brasil”.*

O estabelecimento que decidiu abrir, denominado Envoyer de l’Amour, traduz bem a acolhida como sendo ponto de encontro e de interações. Vendem-se bebidas, salgados, com foco no envio de remessas externas, e há seis aparelhos de telefone ligados ao sistema voip, via internet, para que os compatriotas, segundo Ennery, “*paguem pelo serviço, mas tenham um espaço dedicado a eles para saber as notícias dos seus familiares e matar um pouco da saudade*”.

Percebe-se, diante dessa conexão, que os haitianos se adaptaram à experiência migratória, utilizando a comunicação humana, o celular, como instrumento de informação, de possibilidades para fortalecer as aproximações. Com isso, valoriza-se a veiculação de informações enquanto rede de pensamento coletivo (FLUSSER, 1985). Os haitianos usam as tecnologias, as plataformas digitais e os aplicativos para fortalecer a rede migratória local e externa, com um diferencial, o viés solidário e resistente, preservando as experiências humanas e contribuindo com a transformação da estrutura social. Como diz Flusser (1985, p. 14), essa produção de informação também pode ser considerada trabalho, uma vez que se prolonga e alcança as pessoas de modo eficiente.

### **Ausências institucionais conduzem ao processo de exclusão social**

Como já vimos aqui, os haitianos utilizam os instrumentos tecnológicos para se comunicar, mas o acesso ao trabalho é vital para sua sobrevivência e também dos seus familiares que ficaram no Haiti. Nos rela-

tos, os haitianos esclarecem a importância do trabalho, como menciona o jovem Pierre Payen: “*saí do meu país em busca de trabalho. Lá o desemprego é muito alto, não tem emprego para todo mundo, por isso, vim tentar a sorte no Brasil. E todos diziam: lá ‘sobra emprego’*”.

Pierre Payen, 23 anos, chegou no Brasil na segunda leva do fluxo imigratório. A primeira foi entre 2010 a 2013, quando o processo de ingresso no país deu-se através da fronteira na região norte. As pessoas que ingressaram no país no final de 2013 já chegaram com o visto humanitário, por isso, o percurso era: Haiti ou República Dominicana, Panamá, São Paulo. Pierre Payen fez esse percurso, com os documentos em mãos e, com ajuda dos primos, na primeira semana já começou a trabalhar na área da construção civil. Ele diz: “*gosto do trabalho. Agora preciso fazer um curso de pintor para mudar de setor e ganhar um pouquinho mais*”.

Desse modo, as questões da qualificação, da precarização e flexibilização atingem diretamente o trabalhador haitiano. Mesmo para aqueles que têm condições de atuar em setores que requerem qualificação, não há reconhecimento das suas potencialidades. A Missão Paz publicou, em 2015, o perfil dos haitianos atendidos pela instituição. O trabalho que as mulheres declararam exercer foi o de comerciante. Entretanto, 12% delas declararam ter profissões como: administradora, contabilista e enfermeira. Em relação aos homens, destacam-se os trabalhos em que se exige pouca qualificação: pedreiro, agricultor, comerciante e caminhoneiro. E há profissionais qualificados, como: professor, jornalista, contador, administrador,

advogado, fotógrafo. O fato importante a ser considerado é que diversos haitianos se declararam estudantes, o que demonstra que eles começaram a formação no Haiti e que desejam concluir ou revalidar os diplomas em instituições brasileiras.

É o caso do haitiano Belladère, professor e teólogo. No Brasil ele teve dificuldade em revalidar o diploma e está fazendo novamente o curso de Teologia. Enquanto isso, para se manter e ajudar seus familiares, encontrou trabalho na área da construção civil. Nos relatos dos entrevistados, percebe-se que os haitianos com qualificação, na maioria dos casos, têm dificuldades de se inserir na sua área de formação. De certo modo, as empresas brasileiras estão desperdiçando mão de obra qualificada que seria vantajosa para a economia e para o desenvolvimento dos setores produtivos. Isso demonstra a dificuldade em perceber o haitiano como um sujeito em potencial, sendo que a maior parte dos trabalhadores haitianos atua no setor de serviços, especialmente na construção civil, em frigoríficos, restaurantes, setor alimentício, com longas jornadas de trabalho e com faixa de renda de até dois salários-mínimos (HANDERSON, 2016).

Em entrevista, a psicóloga da Missão Paz relatou que os haitianos com pouca escolaridade, os vulneráveis e os com capacitação chegaram no Brasil entusiasmados para trabalhar. *“Era bonito, a gente via o entusiasmo dos haitianos, a alegria deles, mesmo diante da viagem cansativa.”* A psicóloga recorda também que alguns haitianos com qualificação, ao serem contratados para exercer funções com pouca instrução e escolaridade, *“não conseguiram se adaptar”*.

Em conversa com outros haitianos que têm ensino superior completo e curso

técnico profissionalizante, muitos dizem que no exercício diário das atividades não eram tratados com respeito. Montrouis, que trabalhou três meses em um frigorífico em Caxias do Sul, RS, diz: *“o tratamento de desrespeito era tanto dos superiores quanto dos colegas de trabalho, além do salário que é pouco, por isso, resolvi sair e trabalhar para mim mesmo. Ser o meu próprio patrão”*.

A forma como são tratados no ambiente de trabalho faz que os haitianos reajam de diversos modos, mesmo precisando do trabalho. Alguns silenciam, como diz Milot: *“eu faço de conta que não é comigo, o meu chefe mesmo diz, releve, e eu relevo”*. Outros deixam de ir ao trabalho, abandonando o emprego, outros discutem com as pessoas que os desrespeitaram. Vale ressaltar que é própria dos haitianos a resistência, conforme explica Belladère: *“somos um povo resistente. E, se pudéssemos, iríamos às ruas protestar contra essas situações, mas se a gente fizer isso, somos deportados”*.<sup>5</sup>

Essa situação se acentua ainda mais com os imigrantes sem escolarização, aqueles que já saíram do seu país sem estudo, que encontram mais dificuldades. Numa entrevista de emprego, por exemplo, eles têm dificuldades de se comunicar, não aprendem o português com facilidade. E, quando são contratados, têm dificuldades em entender os seus direitos, por isso são submetidos a trabalhos exaustivos, tais como: limpeza de restaurante, após o encerramento das atividades, portaria de prédio, lavanderia, entre outros. Rose, por exemplo, gosta de cozinhar, mas *“a patroa só me permite limpar e*

5 O Estatuto do Estrangeiro, ainda em vigor, veta a participação dos imigrantes em protestos, sindicatos e greves.

passar, o dia todo, e todos os dias tenho que estar aqui”.

Nessa perspectiva, o trabalho é alicerce. Mesmo diante da desvalorização da força vital do trabalho, é o que os ajuda na reconstrução da história. Com o acesso ao mundo do trabalho, eles reanimam as esperanças e podem reestruturar seus projetos de vida. Diante desses depoimentos, deparamos com três elementos fundamentais: ausência de reconhecimento das potencialidades dos haitianos; a marginalização e a precarização do trabalho; e o peso simbólico do desemprego aos haitianos.

## Conclusão

Compreendemos aqui que a comunicação é um espaço aberto para trocas e partilhas, que ajuda a fomentar as interações e se apresenta como base na consolidação do fluxo migratório. Potencializada pelas tecnologias, pode auxiliar os imigrantes nas articulações, mobilizações e participação,

ou seja, a partir do momento que passam a usar e gerar conteúdos comunicacionais, promovendo as narrativas e discursos, contribuem para fortalecer a rede migratória de modo solidário e ativo.

A articulação desses elementos com comunicação, migrações e acesso, por exemplo, à documentação e ao mundo do trabalho, faz parte das práticas e interações cotidianas – desde ler a mensagem sobre oferta de trabalho no mural fixado no salão de entrada da Missão Paz, socializar essa informação através da comunicação humana ou pelas redes digitais, até o protagonismo de unir a rede migratória. Além disso, cria espaços comunicacionais para informar os demais haitianos sobre oportunidades de emprego, documentações, moradia, atendimento de saúde, eventos culturais, reuniões, mobilizações em solidariedade ao outro que mais necessita, de modo que essas informações produzam, negociem e circulem significados sociais (ARIZTÍA, 2016).

## Referências bibliográficas

ARIZTÍA, Tomás. Classes médias e consumo: três enfoques de leitura a partir da sociologia. In: COGO, Denise; ROCHA, Rose de Melo; HOFF, Tânia. *O que é consumo: comunicação, dinâmicas produtivas e constituição de subjetividades*. Porto Alegre: Sulina, 2016. p. 17-37.

BACCEGA, Maria Aparecida. Um panorama da intersecção comunicação e consumo. In: TONDATO, Marcia Percin; BACCEGA, Maria Aparecida. *A telenovela nas relações de comunicação e consumo: diálogos Brasil e Portugal*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. p. 13-33.

BAITELLO JUNIOR, Norval. *A era da iconofagia: reflexões sobre imagem, comunicação, mídia e cultura*. São Paulo: Paulus, 2014.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. *O que é comunicação*. 30. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CARRASCOZA, João Anzanello. *Laboratório do sensível: comunicação, consumo e arte*. Porto Alegre: Sulina, 2016.

CASTELLS, Manuel. *O poder da comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

COGO, Denise. *Latino-americanos em diáspora: usos de mídia e cidadania das migrações transnacionais*. Rio de Janeiro: Tríbia, 2012.

COGO, Denise; BADET, Maria. *Guia das migrações transnacionais e diversidade cultural para comunicadores: migrações no Brasil*. Bellaterra: UAB/IHU, 2013.

DUARTE, Eduardo. Por uma epistemologia da comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo. *Epistemologia da comunicação*. São Paulo: Loyola, 2003.

FRANÇA, Vera. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê? *Revista Ciberlegenda*, Rio de Janeiro: UFF, edição especial, n. 5, p. 1-19, 2001.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GOMES, Pedro Gilberto. *Comunicação social: filosofia, ética, política*. São Leopoldo: Unisinos, 1997.

HANDERSON, Joseph. A historicidade da (e)imigração internacional haitiana: o Brasil como novo espaço migratório. *Relatório Anual*. Observatório das Migrações Internacionais. Brasília: OBMigra 2016.

PERFIL DOS HAITIANOS acolhidos na Missão Paz de janeiro a julho de 2015. *Relatório Missão Paz*. São Paulo, v. 1, p. 1-20, 2015.

ROCHA, Ângela; ROCHA, Everaldo. Paradigma interpretativo nos estudos de consumo: retrospectiva, reflexões e uma agenda de pesquisa para o Brasil. *RAE, FGV*, v. 47, n. 1, jan-mar, 2007.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social de mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.

WOLTON, Dominique. *É preciso salvar a comunicação*. São Paulo: Paulus, 2006.